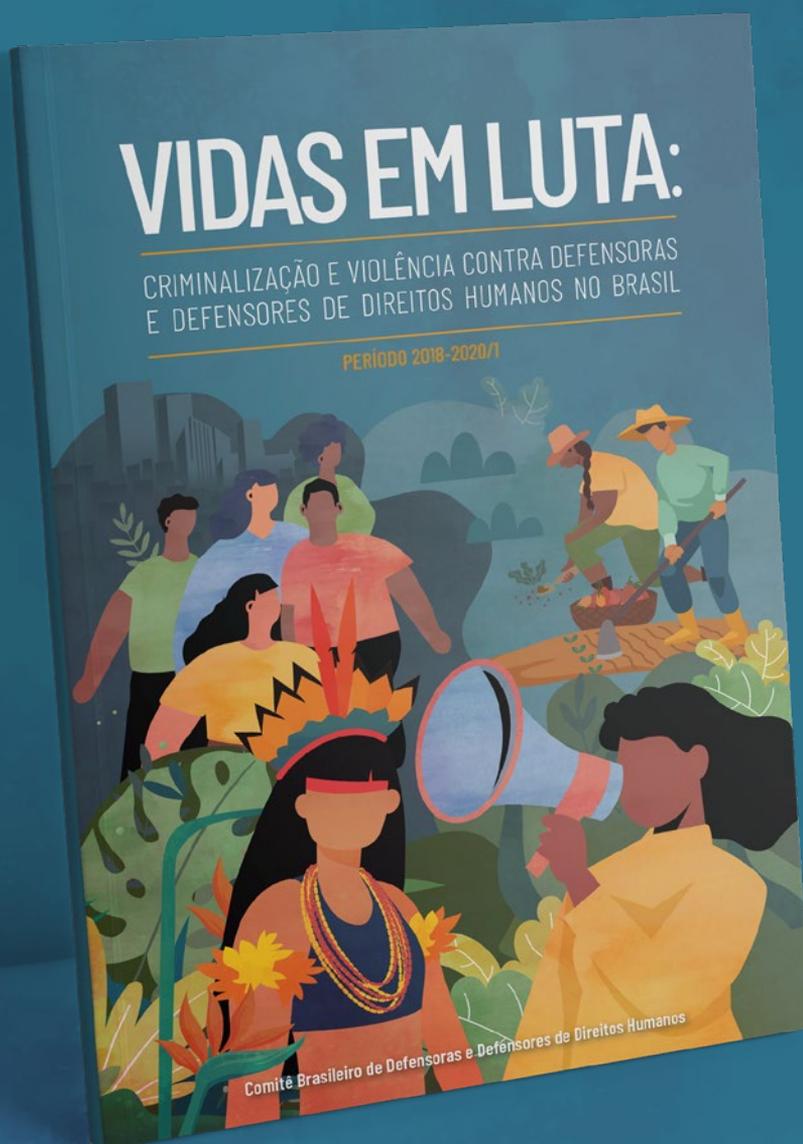


A sistemática que estrutura as violências contra defensoras de direitos humanos é denunciada pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos em seu novo dossiê.



O recrudescimento da agenda dos direitos humanos no Brasil é visível no período analisado pelo dossiê vidas em luta, que englobou o período de 2018-2020/1, e tem impacto direto para defensoras e defensores de DH. E essa **forte aliança da violência contra defensoras de DH e uma agenda conservadora, racista e misógina**, que é desvelada pelo Comitê brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos no III volume do dossiê vidas em luta.

Um ponto de destaque é a correlação entre **militarização, genocídio de pessoas negras e violência contra defensoras de direitos humanos**. Segundo levantamento do TCU, existiam, em julho de 2020, 6.157 militares da ativa e da reserva exercendo funções civis no governo federal, incluindo oito ministros, número que representa mais que o dobro do que na gestão anterior. Em 2018, ano do assassinato da vereadora Marielle Franco e Anderson Gomes, e ano em que foi decretada a intervenção federal militar no Rio de Janeiro, 1375 mortes em decorrência da ação policial foram registradas, segundo dados do Observatório da Intervenção. Esse cenário de aumento da militarização impacta a vida de defensoras de direitos humanos como comunicadoras populares, familiares das vítimas, especialmente mães de jovens assassinados, presos ou desaparecidos, que passam a sofrer violências na medida em que não se calam diante dessa realidade.

Calar as vozes de defensoras de direitos humanos, sejam organizações, movimentos sociais ou mesmo jornalistas e comunicadoras, é uma tônica presente no Brasil, e aprimorada no governo de Jair Bolsonaro. Segundo dados da Artigo 19, de janeiro de 2019 a 15 de setembro de 2020, foram praticadas ao menos 449 violações de direitos contra jornalistas e comunicadores(as) pelo presidente da República, seus ministros ou familiares que exercem mandatos. Dentre os 449 ataques registrados desde a posse de Jair Bolsonaro, aproximadamente 23% (102) partiram do presidente.

Outra forma de calar essas vozes é através da **redução dos mecanismos de participação da sociedade civil**. Através do decreto 9.759/2019, publicado



em abril, diversos colegiados da administração pública, como comitês, conselhos, fóruns, grupos, foram extintos, e as consequências disso tem sido o **aprofundamento de uma agenda anti-direitos, diminuição do monitoramento popular sobre as políticas públicas e aumento das violações de direitos humanos**. Um exemplo emblemático disso foi o que aconteceu com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que teve substancialmente reduzida a participação da sociedade civil e aumentada a participação de integrantes do governo. Após isso, desastrosas medidas para o meio ambiente foram tomadas pelo Conama, a exemplo da desestruturação do Ibama e do Instituto Chico Mendes; flexibilização e redução de multas por crimes ambientais; liberalização de dezenas de agrotóxicos; entre outros. As consequências diretas e indiretas dessas medidas são vistas por todo o mundo, como nos emblemáticos incêndios ocorridos em 2019 e 2020 no Pantanal, Cerrado e Amazônia que, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, bateram recordes históricos. Dados do INPE também apontam que entre 20/07 e 20/08/2019 3.553 focos de incêndio foram registrados em territórios indígenas, atingindo 148 áreas¹ e, só em 2020, 15% do Pantanal teria sido destruído pelo fogo.

Quem tem vivenciado na pele essa realidade são as comunidades, tradicionais, quilombolas, indígenas, camponesas, defensoras e defensores de direitos humanos que tem visto seu território ser devastado pelo fogo, além de estarem sendo atacadas pelo estado brasileiro numa **onda de fake news, desinformação e processos de criminalização**. Destaca-se nesse sentido a prisão de ativistas da brigada de incêndio em Alter do Chão, Pará, em 2019, que atuavam voluntariamente para controlar incêndios na região e que foram, com base em provas absolutamente contraditórias, acusados de serem os causadores do fogo que devastou a região, além dessa mesma investigação ter levado a Ong Saúde e Alegria a sofrer mandados de busca e apreensão de materiais em sua sede. O caso das comunidades ribeirinhas no Pantanal, que tiveram que ver o secretário do meio ambiente do estado insinuar que elas eram responsáveis pelos incêndios, ou do próprio discurso do presidente na 75 Assembleia Geral

.....
¹ Conforme destacou a Comissão Pastoral da Terra em seu artigo intitulado “A ‘nova política’ agrária brasileira, a violência sobre os povos do campo como ethos institucional”, escrito para o dossiê.



da ONU que disse que os responsáveis pelo incêndio eram os “índios e caboclos”, são outros exemplos.

Esses fatos, contrários a todos os estudos e indicadores que apontam que os incêndios ocorrem em áreas de concentração fundiária de grandes latifundiários, acontecem enquanto **explodem conflitos territoriais em áreas rurais, envolvendo povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas e camponeses**. Segundo a CPT, em 2019 os conflitos no campo foram 23% maiores que em 2018, sendo o número de ocorrências registradas o maior em toda a história de documentação realizada pela organização (35 anos). Os eventos que envolvem conflito por água aumentaram 77% em 2019 (dados da CPT); também se verificou em 2020 o registro de mais de 100 produtos agrotóxicos novos no Brasil, o que atinge em cheio comunidades tradicionais, como denunciam defensoras de direitos humanos do Pantanal; além de grilagem de terras, despejos ilegais e invasões de territórios tradicionais. Há também a grave realidade da mineração no país, com destaque para Minas Gerais que mesmo após os crimes ocorridos em Mariana e Brumadinho, assiste ao avanço de projetos minerários, que atingem centenas de comunidades, além de casos de milhares de pessoas desterritorializadas pelo risco de rompimento de outras barragens. Destaca-se nesse sentido o complexo minerário projetado para o Norte de Minas Gerais, que prevê a construção de barragens, além de um mineroduto que vai cortar os estados de Minas Gerais e Bahia, captando água em região semiárida que já sofre com períodos de seca e é povoada por dezenas de comunidades tradicionais.

A Ong Global Witness apontou que em 2019 foram assassinados 24 defensores do meio ambiente no Brasil, dentre eles 10 indígenas, colocando-nos no ranking de 4º país mais violento do mundo para DDHs. Os dados narrados no dossiê e exemplificados acima desnudam as razões que ensejam tamanha violência.

Essa realidade não é menos emblemática no cenário urbano, com atenção para defensoras de direitos humanos em ocupações urbanas que, segundo aponta artigo do dossiê escrito pela Central de Movimentos Populares, Brigadas Populares e GT do comitê, são compostas por uma maioria negra, que vive do trabalho informal e não tem acesso a serviços públicos básicos como água, saneamento, energia, transporte. Nesse cenário, **defensoras de direitos humanos que atuam pela defesa dessas ocupações urbanas vivem sob ameaça e pressão de agentes públicos ou**

privados, correndo riscos diários. Destaca-se que a pandemia da COVID 19 trouxe ainda mais agravantes nessas realidades, resultando em despejos de pelo menos 6mil famílias brasileiras entre março e agosto de 2020, segundo dados da campanha “Despejo Zero” agravando assim a crise sanitária e social no Brasil.

O recorte da pandemia no cenário de violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no Brasil demonstra como ela foi capaz de acentuar esse cenário de desigualdades. Destaca-se, que de acordo com o Ministério da Saúde até o dia 05 de outubro, 42% das mortes registradas no Brasil eram de pessoas negras e 32% de pessoas brancas. Dados autônomos levantados pela Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)² e pela Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB) destacam que 167 quilombolas e 859 indígenas haviam morrido de COVID 19 até outubro de 2020. Além dos despejos e aumento de agrotóxicos no Brasil, **o dossiê também aponta ao menos 13 assassinatos de defensoras de direitos humanos nesse período, segundo levantamento preliminar da Justiça Global e Terra de Direitos, além de situações de ameaças, torturas e prisões ilegais; aumento de feminicídios em quase todo o Brasil, segundo o fórum brasileiro de segurança pública; continuidade de grandes obras em territórios tradicionais, violando diversos direitos dessas comunidades; aumento dos desmatamento na Amazônia; aumento da letalidade policial nas periferias**, com redução desse número no Rio de Janeiro após liminar do STF que impôs limitações a essas ações, entre outros.

A população LGBTQI+ também têm sofrido de forma dramática as consequências da pandemia e dessa agenda conservadora que impera no Brasil nos últimos anos. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – Antra, em **agosto de 2020 foram 129 travestis e transexuais assassinadas no Brasil, número que já é o maior registrado nos últimos 04 anos**. Os assassinatos de travestis e transexuais no Brasil também envolve o de defensoras de direitos humanos que, como aponta Antra, em 2019 foi possível registrar ao menos 03 casos desses.

² Dados Covid-19 em povos indígenas e comunidades quilombolas: <https://covid19.socioambiental.org> e <https://apiboficial.org>



Há também **indicativos sobre as formas de violências sofridas por mulheres defensoras de direitos humanos**, sistematizadas pelo dossiê em artigo escrito pelo Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, Centro Feminista de Assessoria – Cfemea e a organização Criola como: ameaças, assédio e/ou agressão física, sexual e/ou psicológica na esfera privada (dentro da família ou núcleo próximo) e na esfera pública; não reconhecimento, desqualificação de sua atuação, marginalização e exclusão da vida pública e política, inclusive dentro de suas próprias organizações, comunidades e movimentos; invisibilização e silenciamento de suas contribuições e opiniões; descrédito social, estigmatização e ataques à honra e à reputação; ataques, ameaças e violência física, sexual e/ou psicológica a suas filhas, filhos e familiares; chantagem e ameaça de tomada da guarda dos filhos e filhas; assassinato de integrantes de sua família, organização ou movimento; assédio, violência e ataques na internet, que incluem ameaças de violência sexual, agressões verbais, comentários sobre sua sexualidade, “doxing” (publicação na internet por terceiros de informações privadas sobre uma pessoa) e descrédito social. Sobre a violência no meio digital, é importante destacar que segundo pesquisa da Anistia Internacional, citada pela filósofa Djamila Ribeiro³, mulheres negras estão 84% mais propensas a serem vítimas de discurso de ódio na internet. O impacto dessas violências é real na saúde e na vida das mulheres defensoras, sendo que muitas delas acabam se afastando da vida pública e política para se proteger.

Há que se destacar, por fim, a alarmante violência política no Brasil que, segundo pesquisa das organizações Terra de Direitos e Justiça Global, 2020 já representava, antes das eleições, o aumento de 37% de casos de violências se comparado a 2016. As mulheres são vítimas de 76% de ofensas das registradas, seja na internet ou não. E, a julgar pelos resultados das eleições de 2020, percebe-se que a onda de fake News tem uma forte aliança com o racismo e machismo, fazendo com que as mulheres sejam muito agredidas no período eleitoral e pós.

Nessa complexa sistemática de violações de direitos no Brasil, que repercute na vida das organizações, movimentos sociais, pessoas

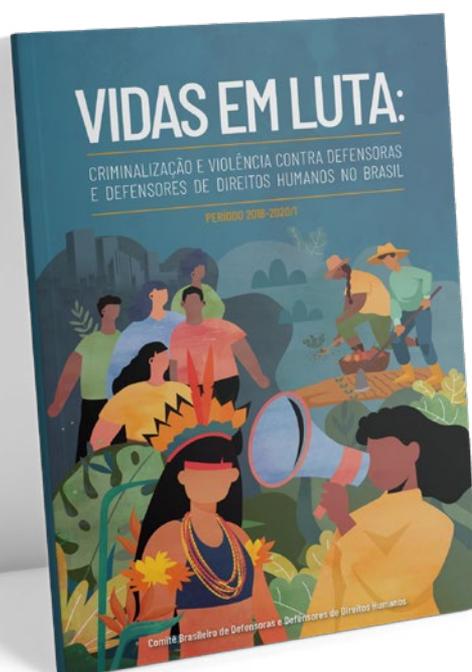
³ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/djamila-ribeiro-denunciara-twitter-no-ministerio-publico-por-explorar-o-racismo-e-a-misoginia/>. Acesso em: 21out. 2020.

e grupos que lutam em defesa desses direitos, o Programa de Proteção a Defensoras e Defensores de direitos Humanos no Brasil não consegue desempenhar seu papel de proteção adequadamente. Segundo pesquisa realizada pelo CBDDH especialmente para este dossiê, em abril de 2020, o PPDDH federal contava com cerca de 483 defensoras e defensores inseridos(as). Desses casos, 298 estavam relacionados a povos e comunidades tradicionais.

Contudo, após 16 anos de sua adoção, a política sofre há anos com descontinuidades de execução e sua ampliação é pouco significativa. Atualmente o Programa está vigente apenas em Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Equipe Federal, que atende os outros 20 estados e o DF. Ainda que de 2017 para 2018 tenha ocorrido um salto orçamentário significativo destinado ao PPDDH, ele não resultou na implantação efetiva de programas em novos estados ou melhoria na efetividade da proteção. Para comissão do Conselho Nacional de Direitos Humanos, a maior parte dos recursos orçamentários atuais é destinada ao custeio de equipe e viagens, e pouco é destinado a equipamentos de proteção e ao apoio às necessidades dos(as) DDHs. Muitas vezes existe dificuldade na execução do orçamento, e os recursos acabam sendo devolvidos ou remanejados para não serem devolvidos ao Tesouro nacional.

Defensoras de direitos humanos inseridas no PPDDH e entrevistadas pelo comitê apontam fragilidades na proteção a elas destinada, e que se sentem muitas vezes desamparadas diante das ameaças que sofrem.

Diante de todo esse cenário, o dossiê vidas em luta se torna como um espaço importante de sistematização e denúncia dessa realidade, além de evidenciar a forte articulação de movimentos e organizações sociais que vivenciam esse contexto e trabalham juntos para transformá-lo.





COMITÊ BRASILEIRO
DE DEFENSORAS E DEFENSORES
DE DIREITOS HUMANOS

APOIO:



FORD
FOUNDATION

MISEREOR
IHR HILFSWERK



PORTICUS



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS